

## **Governança Migratória na América Latina**

Dra. Ana Laura Anschau (OIM/UFRGS)

Dra. Verônica Korber Gonçalves (UnB/UFRGS)

Me. Matheus Felten Fröhlich (Univates/UFRGS)

Workshop atenderá uma área específica da AT de Regimes e Organizações Internacionais.

Modalidade Virtual

Este workshop almeja introduzir discussões acerca dos desafios enfrentados na governança migratória na América Latina, especialmente diante da complexidade das migrações na região e da necessidade de abordagens flexíveis e coordenadas para lidar com as diversas categorias nas migrações internacionais. O objetivo principal é fornecer uma compreensão abrangente dos desafios migratórios na região e das iniciativas coordenadas para enfrentá-los, com ênfase na importância da colaboração entre diferentes atores, incluindo governos, organizações internacionais, ONGs e sociedade civil.

Sendo assim, a governança migratória na América Latina é um fenômeno complexo e multifacetado que engloba uma diversidade de atores estatais e não estatais. Nesta região, os debates sobre migração e refúgio são frequentes e refletem uma dinâmica em constante evolução. As principais tendências migratórias na América Latina refletem não apenas os fatores tradicionais de "empurrar" e "puxar" (*push and pull*), mas também as complexidades subjacentes que influenciam os movimentos populacionais. Historicamente, muitos países latino-americanos foram caracterizados por uma cultura de emigração, mas essa dinâmica tem mudado. Agora, esses países têm se tornado países de trânsito ou de destino. Essa mudança na dinâmica migratória reflete uma realidade complexa, onde múltiplos interesses e necessidades se entrelaçam.

Ao contrário de algumas questões transfronteiriças que têm estruturas formais de governança global, como meio ambiente, comércio internacional, crime organizado, a migração carece de uma estrutura centralizada. Em vez disso, as políticas migratórias são abordadas através de diversos instrumentos internacionais, cada um tratando de aspectos específicos, como asilo, migração irregular e migração laboral, por exemplo. Essa dispersão de esforços pode complicar os esforços para lidar de forma eficaz com os desafios migratórios (Lavenex et al., 2016; Betts, 2010: 8-13).

As categorias de migração na América Latina são diversas e dinâmicas, abrangendo desde trabalhadores qualificados e não qualificados até reunião familiar, asilo e migração irregular. É crucial reconhecer que essas categorias não são estáticas e podem se sobrepor ou se transformar ao longo do tempo. A abordagem de movimentos mistos destaca a complexidade das migrações na região, com diferentes grupos de pessoas viajando juntos por uma variedade de razões, que vão desde solicitantes de asilo e refugiados até pessoas deslocadas devido a desastres naturais. Apesar dos avanços observados no marco regulatório relacionado ao refúgio na região, algumas questões persistem, como o reconhecimento das pessoas migrantes venezuelanas como refugiadas, conforme a definição estabelecida pelo Acordo de Cartagena. Isso ressalta a importância de medidas complementares para garantir a proteção adequada das pessoas deslocadas.

Os aportes teóricos permitem sustentar que, no caso da América Latina, a relação entre migrações internacionais e integração regional se dá em três principais aspectos: agenda política

pelo desenvolvimento regional (Mármora, 2010; Reis, 2011), complementaridade de mercados laborais num contexto de crise econômica do mundo desenvolvido e confluências culturais (Marinucci e Milesi, 2005; Fernandes, 2015). A governança da migração de “benefícios compartilhados”, por outro lado, adere à hipótese do “paradoxo dos movimentos”, que coloca um paradoxo entre a livre mobilidade de fatores como capital, bens e tecnologias, enquanto as pessoas seriam limitadas por restrições diferentes.

A governança multinível da migração na América Latina envolve uma interação complexa entre os níveis global, regional, nacional e local. Isso é particularmente relevante dada a politização das migrações e a necessidade de abordagens que reconheçam tanto os desafios quanto as oportunidades que a migração traz consigo. Em resumo, a governança migratória na América Latina é um processo multifacetado que exige uma compreensão cuidadosa das causas e consequências das migrações, bem como abordagens flexíveis que possam se adaptar às necessidades e realidades em constante mudança da região.

Também é importante estar ciente de que, na área de migração internacional, os interesses dos estados também podem ser fortemente influenciados pela política de outras áreas temáticas. De fato, a política de migração pode estar intimamente ligada aos interesses relacionados à segurança, desenvolvimento e direitos humanos (Betts 2008). Da mesma forma, interesses em relação a uma área de migração podem moldar a política de outra área de migração. Por exemplo, a política de proteção de asilo e refugiados tem sido cada vez mais moldada pelos interesses dos estados em relação à migração irregular. (Betts, 2011). Também é necessário levar em consideração os interesses das próprias organizações internacionais. O ACNUR, a OIM e a OIT têm seus próprios interesses institucionais, que ajudaram a moldar a governança global da migração. Como burocracias, eles não implementaram simplesmente as preferências dos estados, mas também tiveram suas próprias estratégias institucionais (Barnett e Finnemore 2004).

Na América Latina, um dos mecanismos utilizados para gerenciar a governança migratória local é a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes Venezuelanos (R4V). Uma iniciativa humanitária que visa enfrentar os desafios complexos decorrentes do fluxo de refugiados e migrantes venezuelanos para os países vizinhos na América Latina e no Caribe.

A crise na Venezuela tem gerado um dos maiores deslocamentos populacionais da história recente na região. Milhões de venezuelanos têm deixado seu país em busca de segurança, estabilidade econômica e melhores oportunidades de vida. Essa situação tem colocado uma pressão significativa sobre os países receptores, que muitas vezes enfrentam dificuldades para lidar com o aumento repentino da demanda por serviços básicos, como saúde, educação e moradia. Diante desse cenário desafiador, a Plataforma R4V foi estabelecida em 2018 como uma resposta coordenada e colaborativa para ajudar os governos e organizações da sociedade civil a lidar com os impactos humanitários da crise venezuelana. A plataforma é liderada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), em estreita colaboração com uma variedade de parceiros, incluindo agências da ONU, governos nacionais, ONGs e outros atores relevantes.

O principal objetivo da Plataforma R4V é fortalecer a resposta humanitária regional, garantindo uma abordagem integrada e coerente para enfrentar as necessidades urgentes dos refugiados e migrantes venezuelanos. Isso envolve uma série de atividades, como o fortalecimento das capacidades dos países receptores para fornecer assistência e proteção adequadas, o estabelecimento de mecanismos de coordenação eficazes entre os diferentes atores envolvidos e o apoio à mobilização de recursos para financiar as operações humanitárias.

**Palavras-chave:** Migrações Internacionais; Governança Migratória; América Latina

**BIBLIOGRAFIA DE APOIO:**

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World:** International Organizations in Global Politics. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BETTS, Alexander. **Global Migration Governance.** Oxford: Oxford University Press, 2011

BETTS, Alexander. North-South Cooperation in the Refugee Regime: The Role of Linkages. *Global Governance*, 14(2), 157–78, 2008.

FERNANDES, Duval. (2015) O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). *Migrações e trabalho*. Ministério Público do Trabalho: Brasília. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Livro\\_Migracoes\\_e\\_TrabalhoWEB.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf)

LAVENEX, Sandra et al. Regional migration governance. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (Org.). **The Oxford handbook of comparative regionalism.** Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 457-485.

MÁRMORA, Lélio. Modelos de Gobernabilidad Migratoria: La perspectiva política en América del Sur. **Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília**, Ano XVIII, Nº 35, p. 71-92, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/229>

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações: em busca da cidadania universal. **Sociedade em debate** v11, n1, 2005, pp. 13-37. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/download/444/398/1653>.

MURPHY, Susan P. Hard Borders and Soft Agreements: evaluating governance within the Global Compact for Migration. **Third World Quarterly**, v. 44, n. 3. pp. 460-477. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2022.2153662>

R4V. **Refugiados y Migrantes de Venezuela.** 2024. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>.

REIS, Rossana Rocha. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Contexto Internacional.** V.33, p. 47-69, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000100003>.